

MAURÍCIO WALDMAN

CAMINHOS DA UNIDADE AFRICANA



SÉRIE PROFESSOR MOURÃO 4



EDITORA KOTEV



Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão (1934-2017)

PREFÁCIO

Existem dois tipos de pessoas: as que fazem, e as que se explicam (Talmud)

Meu convívio com o Professor Mourão foi longo, produtivo e enriquecedor.

Recordo-me vividamente das aulas ministradas por este grande mestre nas Ciências Sociais da USP, usufruindo com grata fortuna dos conhecimentos deste autêntico gigante intelectual.

Em paralelo, Mourão revelou-se um homem justo e ponderado, afeito à nobreza de causas que num plano geral, eram amplamente ignoradas, quando não desprezadas, pelo conjunto da sociedade.

Foi assim então que fui iniciado na ciência deste continente esplêndido e formidável que é a África, dos seus povos e culturas.

Generoso, o Professor Mourão indispunha-se com o agrilhoamento da informação, mantendo disposição permanente em cientificar seus pupilos com toda sorte de dados que dispunha.

E caso não os tivesse, prestava-se a procurar para novamente retomar um ciclo de trocas que parecia nunca ter fim.

Homem de ação, o Professor Mourão teve papel magnífico nas lutas de libertação dos povos africanos, que conhecia com a sabedoria dos que participam ativamente no que acreditam.

O reconhecimento pelo seu trabalho, digno e incansável, manifestou-se no apreço dos alunos pela sua pessoa, nos inumeráveis convites que a ele eram endereçados para ministrar conferências e também, como posso pessoalmente testemunhar, pelas ligações que recebia do outro lado do Atlântico, atendendo diplomatas, líderes e chefes de Estado africanos.

Nada mais certo que dia mais, dia menos, meu envolvimento com a pessoa do Professor Mourão se desdobrasse num trabalho acadêmico profundo.

Foi assim que numa tarde de 2011, no seu sítio em Cotia, na Grande São Paulo, veio à baila a proposta de que eu desenvolvesse, sob sua supervisão, uma investigação em nível de Pós-Doutorado com foco na África.

Uma vez mais o Professor Mourão colocou em ação seus dotes como preceptor. Assim, de vez que eu não tinha formação em Relações Internacionais (RI), que seria a moldura disciplinar da proposta de Pós-Doutoramento, fui instado a fazer o que meu instrutor definiu como graduação por conta própria em RI.

Foram dezenas de textos e livros que devorei com determinação para que meu trabalho tivesse calço substantivo no tocante ao marco teórico da pesquisa, labor sempre acompanhado com prontidão pelo mestre Mourão.

Seguiram-se dois anos de pesquisas exaustivas, desenvolvidas em paralelo com o aprofundamento de minha participação no **Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP)**, e interação com atores como a revista **Brasil Angola Magazine** (sob direção do igualmente saudoso jornalista Antônio Lúcio), com o **Jornal Cultura** (de Luanda, Angola) e com a **AFRO-CHAMBER**, Câmara de Comércio Afro-Brasileira.

Em 2017, quando do falecimento do Professor Mourão, tomei a decisão de trazer a luz os materiais desenvolvidos durante a investigação de Pós-Doutorado, tanto no tocante ao conteúdo específico do Relatório Final da investigação (Aprovado com distinção pela FAPESP), quanto no tocante ao polpudo acervo de textos resultantes das atividades da pesquisa.

O material que segue é, deste modo, um dos que trazem a marca inconfundível de um orientador singular, sempre querido e lembrado. Como homenagem a este homem incomum, o texto integra a **SÉRIE PROFESSOR MOURÃO**, sob titularidade da **EDITORA KOTEV**, publicadora digital sediada na capital paulista.

Que a leitura deste e dos demais materiais da **SÉRIE PROFESSOR MOURÃO** possam evocar, ao menos parcialmente, a contribuição imorredoura do grande intelectual e mestre Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Mesmo porque os que fazem, não se explicam: simplesmente trazem à mostra o resultado do seu trabalho.

Bom proveito da leitura.

MAURÍCIO WALDMAN

CAMINHOS DA UNIDADE AFRICANA ¹

MAURÍCIO WALDMAN ²

A ideia de uma África independente, unida numa única formação estatal abrigando todos os povos e culturas do continente, encantou durante décadas o movimento pan-africanista.

Contudo, observando o mapa político atual do continente, formado por dezenas de unidades políticas (Figura 1), cada uma das quais senhora de uma história política própria, seria forçoso considerar que o andamento do processo de integração do continente não acatou os ideais que primeiramente seduziram milhões de africanos e afrodescendentes.

Não fosse suficiente, antecipe-se que o mapa político contemporâneo do continente foi decalcado das circunscrições territoriais anteriormente estabelecidas pelos poderes coloniais, particularmente após ao processo que ingressou na história como Partilha da África (Figura 2).

Logo, a partir do que uma rápida consulta aos mapas políticos da África impõem à reflexão, fica claro, pois que o ideal pan-africano trilhou rotas fora do programado pelas correntes mais enfáticas do unitarismo africano.

Nesse sentido, sói confirmar que apesar das críticas à “balcanização arbitrária da África”, repetitiva nos discursos do líder ganense Kwameh Nkrumah, ardoroso partidário da fusão de todos os países recém-independentes num único Estado apreendendo a esfera continental, saliente-se que nenhuma das novas nações esteve propensa a ceder a menor fração que fosse do seu acervo territorial e da soberania sob sua tutela.

Sublinhe-se que mesmo em contextos pregressos às independências nos quais ocorreram negociações entre os movimentos de libertação africanos relativamente a pendências fronteiriças visando cessões territoriais, nenhuma destas concertações foi adiante.



FIGURA 1 - Mapa Divisão Política da África em 2013 (Cf. WALDMAN, 2013b: 16; 2013c: 11)

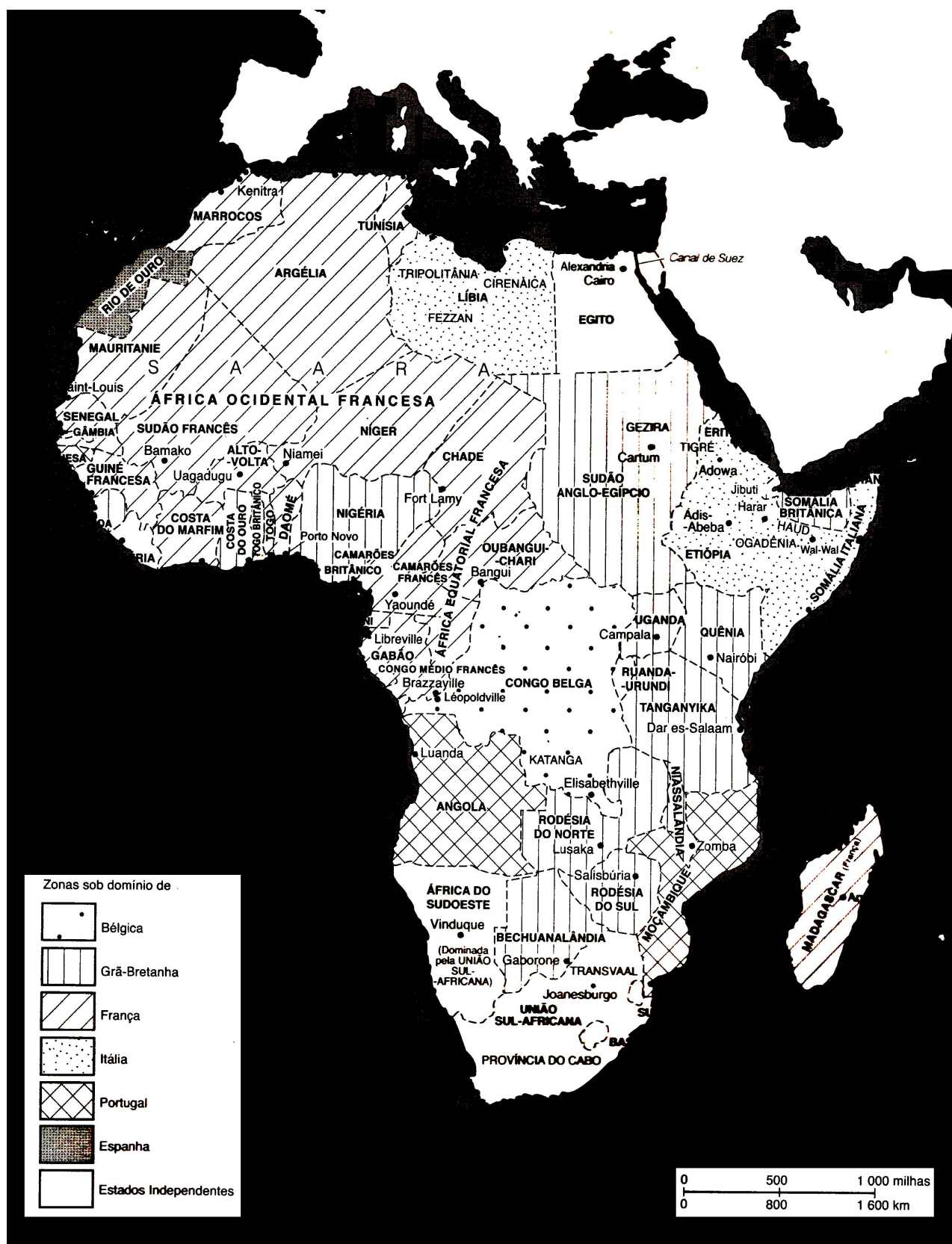


FIGURA 2 - Mapa político da África em 1935 (Fonte: J. Bartholomew, *The citizen's Atlas of the world*, Edimburgo, Batholomew and Son Ltd., 1935: 122-123. In: UNESCO, Volume VIII, página 5)

Por exemplo, o governo argelino no exílio, que num momento pontual de diálogo com o Marrocos havia sinalizado para a entrega de fatias de território argelino para o país vizinho, recuou desta oferta logo nos primeiros meses da independência.

Divergências territoriais igualmente acudiam com o Togo, Mali e especialmente a Somália, países que nutriam intentos anexionistas com relação às terras dos seus vizinhos (DÖPCKE, 1999: 103; MAYALL, 1975: 2601).

Para arrematar, e no que seria exemplar da complexidade das querelas territoriais, considere-se que no caso do Togo, as controvérsias reportavam não só às fronteiras herdadas do colonialismo, como de par a par, a rearranjos fronteiriços encetados pelas antigas potências coloniais (Figura 3).

Isto posto, diante de uma atmosfera política altamente resistente à mudanças no *status quo* territorial, o isolamento do pan-africanismo maximalista abriu espaço para a reconciliação com as lideranças conservadoras, calçando um *rapprochement* que culminou com o surgimento da OUA: Organização da Unidade Africana (Vide DÖPCKE, 1999: 91).

A partir desse ângulo, embora a formação da OUA tenha selado um compromisso político que respaldou-se, ainda que parcialmente, nas aspirações integracionistas do pan-africanismo, esta “encontrava-se distante de alcançar a satisfação dos velhos radicais pan-africanistas, dentre os quais, Nkrumah era o chefe de pelotão” (ASANTE et CHANAIWA, 2010: 877).

Deste modo, no que interessa ao plano de análise da discussão que segue, o pan-africanismo teve suas matrizes originais claramente diluídas no transcorrer da segunda metade dos anos 1960. Isto é, praticamente nos primeiros momentos da África independente.

No geral, a orientação do movimento acatou sentido preconizado pelas linhas mais moderadas, preocupadas com a legitimação das demarcações levadas a cabo pelas antigas potências coloniais, predominantemente traçadas com recurso à régua, ignorando a sinuosidade dos acidentes geográficos e as idiosincrasias culturais, étnicas e históricas.

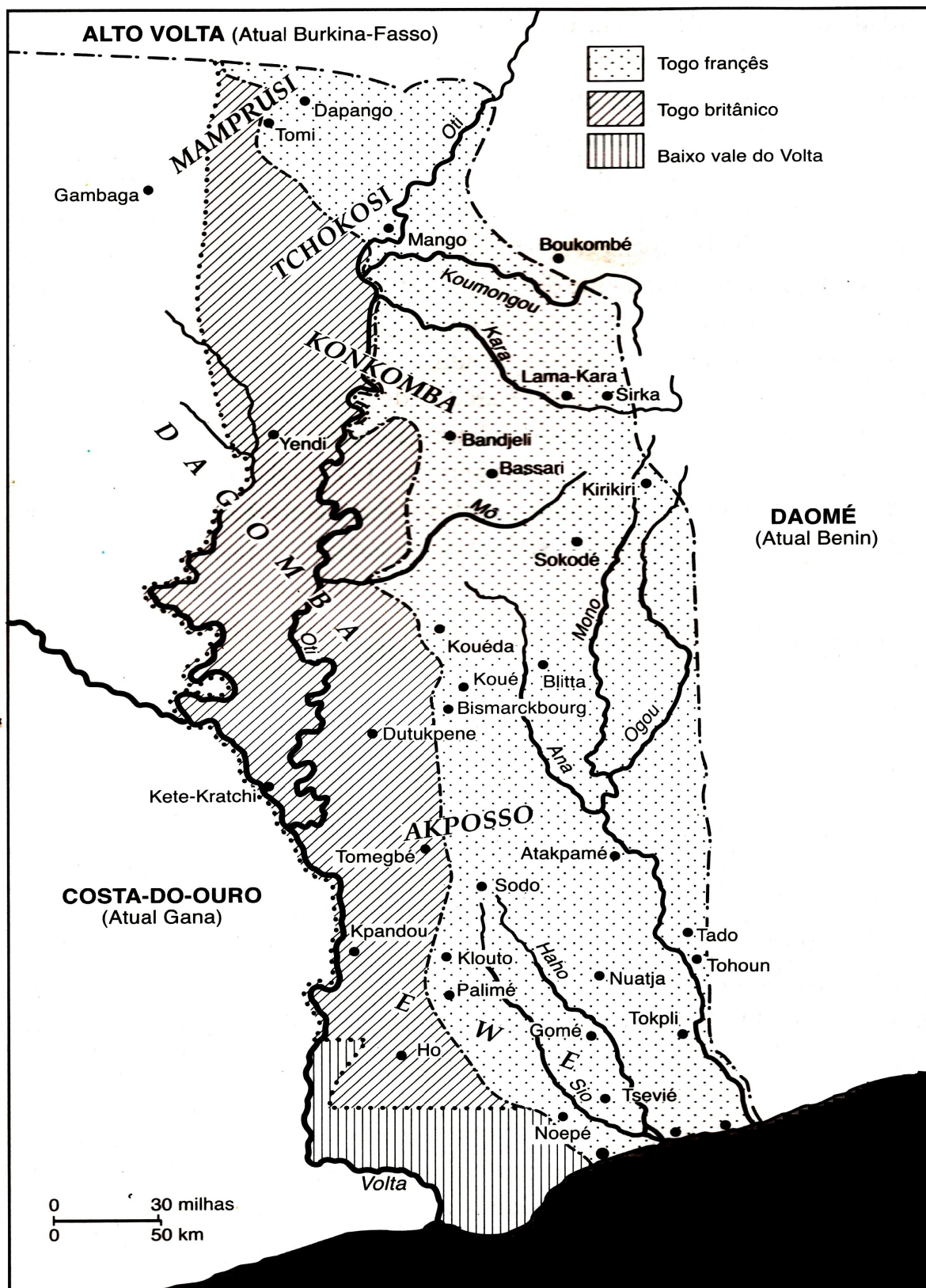


FIGURA 3 - Mapa da Divisão do Togo em 1919. O país, que fora até o final da I Guerra Mundial uma colônia do Império Alemão, foi repartido entre a França e a Inglaterra ao final do conflito. O naco inglês do Togo terminou absorvido por Gana, e o Togo francês, tornou-se a atual República do Togo, que reivindicou para si o traçado fronteiriço do antigo Togo Alemão (Fonte: UNESCO, Volume VIII, página 1.056)

Mas, no que *vis a vis* configurava elemento de juridicidade, retenha-se que 87% dos limites fronteiriços, qual seja, 70.000 quilômetros em 80.000, resultaram de acordos entre as potências hegemônicas, contribuindo para que conquistassem um cunho de fixidez, antes e depois da descolonização (Cf. M'BOKOLO, 2012: 651; SILVA, 2008 e DÖPCKE, 1999).

Ademais, em que pese a recidiva laudatória a denunciar o que é carimbado como artificialidade de traçados instituídos por linhas retas, estas fronteiras foram não só legitimadas pelas jovens repúblicas africanas, como também, à revelia deste óbice repetidamente lembrado, instrumentalizadas em favor dos novos aparelhos estatais para firmar o laureado princípio jurídico do *uti possidetis jûris* ³.

Endossando esta lógica, o consenso conservador contestava, portanto, quaisquer alterações nas linhas demarcatórias. Afinal, as fronteiras constituíam um marco definidor dos espaços políticos de atuação às novas elites governamentais da África.

O conservadorismo quanto à questão das fronteiras foi por sua vez, igualmente respaldado pelas normas das relações internacionais, que reconheceram os novos Estados como atores ⁴ da cartografia política africana.

Aliado a essa lógica externa, fatores internos, tais como as dificuldades em delimitar com clareza *cultural areas* passíveis de demarcar a existência dos países, tornavam embaraçosa uma revisão das fronteiras adotando a homogeneidade étnica como critério (Ver Figura 4).

Mutatis mutandis, não obstante a África ser corriqueiramente retratada como um mosaico de Estados com “tribos” hostis eternamente açodadas por insuperáveis ódios étnicos, seria oportuno alertar que até hoje, não surgiu nenhuma formação estatal de cunho “tribal” no mapa político do continente.

A mais ver, apenas a título excepcional ocorreram lutas com componente étnico questionando as fronteiras. A cartografia política do continente africano, formada majoritariamente por países pluriétnicos, é na prática, quase totalmente a mesma de décadas atrás.

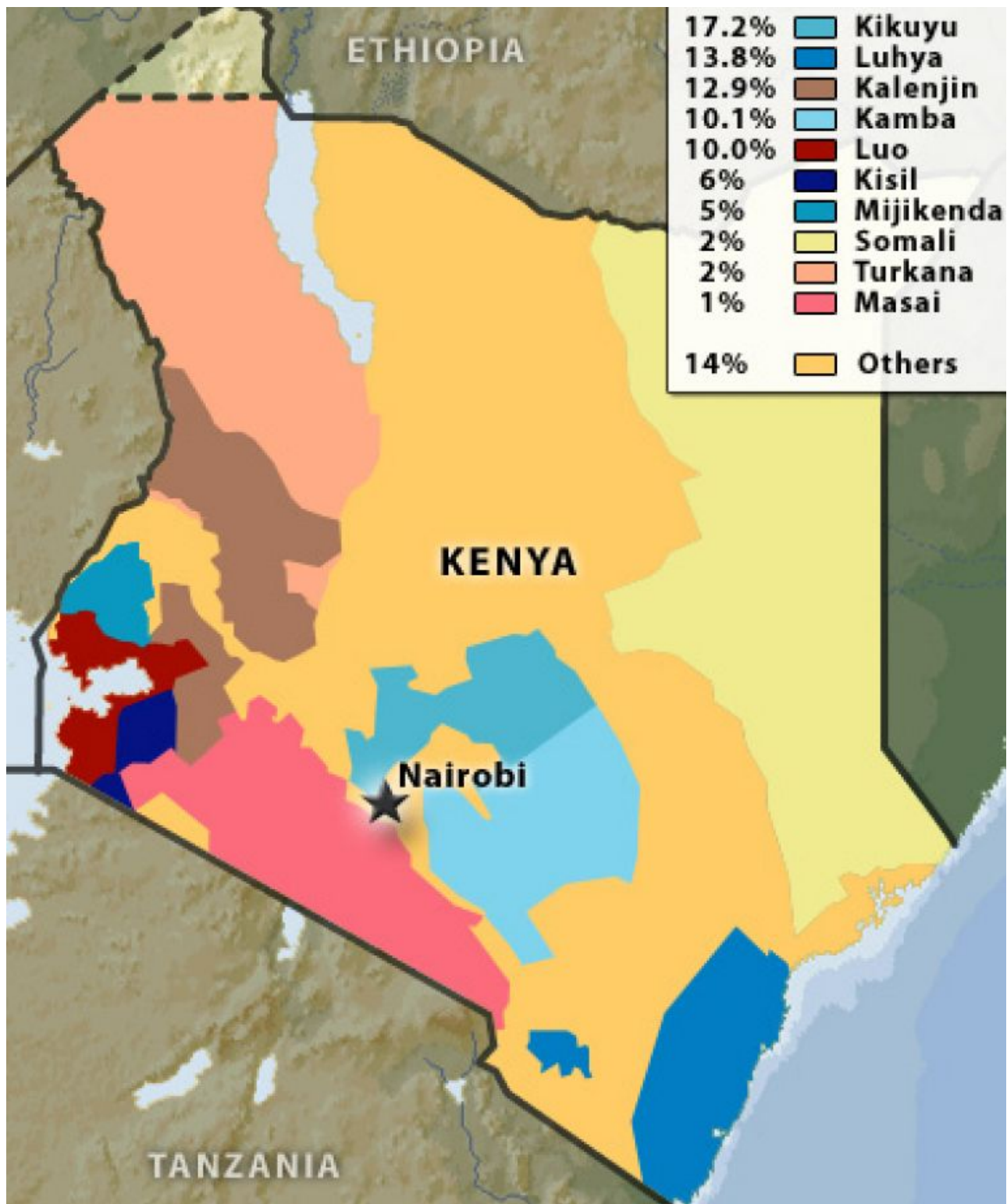


FIGURA 4 - Mapa etnolinguístico do Quênia, país que como muitos outros do continente, é perpassado por manifesta heterogeneidade. Com dez grupos étnicos principais perfazendo 86% da população, esta contabilidade é contudo impotente para ilustrar a diversidade queniana. Muitos grupos linguísticos exibem fortes variedades dialetais e as etnias, diferentes modalidades de estratificação social e política. Rubrique-se que as 69 línguas vivas faladas no país (LEWIS, 2009: 141-147), número por si só revelador da pluralidade cultural queniana, pertencem a cinco famílias linguísticas, absolutamente diferentes entre si: Bantu, Nilo-Saariana, Nilótica e Hamítica, às quais se somem idiomas introduzidos pelos colonizadores (Mapa: < https://www.kenya.de/pages/general_population_language_map.html >. Acesso: 12-12-2012)

Numa sentença direta: as guerras internas africanas não se desdobraram, com raríssimas exceções, na reformulação das divisas fronteiriças e muito menos na fragmentação geográfica dos Estados.

Pelo contrário, contestando a mitologia da “África tribal” existiu resoluta devoção pelas *novas fronteiras nacionais*, incluindo povos diversos, expoentes de múltiplas culturas e histórias ⁵. Nesta declinação, o excerto que segue expõe uma conclusão praticamente peremptória:

“Quase todos os conflitos que tendiam à modificação das fronteiras naufragaram. Argélia-Marrocos na região do Tindouf e Haissi Beidu. Insucessos na secessão de Katanga em relação ao Zaire [...] Revés no levante seccionista de Biafra em relação à Nigéria. Insucesso na tentativa da Somália em conquistar o Ogaden, de soberania etíope, porém habitada por 850 mil Somalis. Todos esses fracassos estão ligados a uma doutrina, adotada pela Organização da Unidade Africana: *Qualquer coisa é melhor do que as mudanças de fronteiras*” (DUROSELLE, 2000: 78-79, *grifos nossos*).

Por mais, no que para algumas visões configuraria um contrassenso, o fenômeno do esgarçamento da autoridade territorial do Estado incide com gravidade ímpar numa nação, a Somália, que é habitada por uma só etnia: os Somali, notavelmente homogênea nos planos linguístico, religioso e cultural ⁶.

Neste país, desde a queda do governo Siad Barre em 1991 e a subsequente eclosão da Guerra Civil Somaliana, o governo central deixou virtualmente de existir na maior parte do território, suplantado por estruturas rebeldes de mando, que eclodiram no transcorrer do conflito.

Hoje, o Governo Federal de Transição Somali (GFTS), que em princípio exerce poder de Estado representando a Somália na ONU, é forçado a coexistir com dois Estados autoproclamados independentes: a Somalilândia (basicamente a antiga Somália Italiana) e a Puntlândia (no Nordeste), com isso denunciando uma lacuna de poder que também se explicita no mandonismo local exercido por senhores da guerra, praxe em vastas regiões da Somália.

Numa outra nota a fragilizar a fabulação das “guerras tribais”, vale recordar que em boa parte dos Estados tradicionais africanos coexistiam diversas etnias, em bom número de casos conviviam sem maiores problemas.

Nessa linha de entendimento podemos incluir formações políticas que persistiram por séculos, em lapsos de tempo por vezes muito mais prolongados do que o da maioria dos Estados europeus modernos. Veja-se que o Reino do Congo acumulava pelo menos três séculos de história por ocasião da chegada dos portugueses em 1482. O Império do Ghana ⁷ prolongou-se por nove séculos. O Mali, por um lustro de mais de trezentos anos (WALDMAN, 2013b: 33; DÖPCKE, 1999: 101-102).

Assim, antes de decretar a diversidade étnica como um problema em si, o busílis talvez resida na capacitação ou não das estruturas políticas ditas “mais avançadas” - implantadas na África para dar vazão a projetos políticos de inspiração neocolonial - em assumirem plenamente a pluralidade, debate este imiscuído no centro das antinomias da Modernidade.

Portanto, num prisma objetivo e com base nessas cauções, os países africanos conseguiram lapidar uma mutualidade que baniu por definição o questionamento dos limites fronteiriços. Isso posto, diante inclusive da falta de opção relativamente às fronteiras existentes, estas se tornaram um caminho sem volta.

Assim, com a notável exceção do Sudão do Sul, que se destacou da República do Sudão, e do Saara Ocidental, mantido controle militar marroquino, a configuração política e territorial do continente expressa a concordância com o princípio da intangibilidade das fronteiras, conotadas, portanto por forte componente inercial, demonstrando acentuada perenidade.

Nesta linha de entendimentos, caberia afiançar que mesmo a Eritreia, que se tornou independente em 1991, não inaugurou nova demarcação fronteiriça. O país era uma antiga colônia italiana cuja autonomia foi ilegalmente usurpada pela Etiópia a partir de 1947, originando um movimento eritreu independentista. De resto, tal como a maioria dos Estados africanos, o surgimento do país acatou delimitação territorial herdada da antiga metrópole.

Assim, consistindo noutro efeito direto da manutenção das fronteiras, que definindo realidades estatais delinearão cartografias mentais inéditas, a construção de novos sentidos de pertencimento e de identidade nacional, que aos poucos, se impuseram como referência política em muitos países africanos, pode prosseguir e se afirmar. Daí que a consciência de ser tanzaniano, costa-marfinense, senegalês e angolano é contemporaneamente, uma postura pelo mínimo palpável ⁸.

Assumindo os novos Estados como peças centrais na geografia política continental, naturalmente deixou de ser possível pensar o pan-africanismo tal como proposto e entusiasticamente defendido pelos primeiros teóricos e lideranças do movimento.

No aditamento a este marco, as posições em proveito de políticas favoráveis à formação de agrupamentos regionais e interestatais com eixo prioritário nos laços econômicos, abertamente proclamadas no discurso de Hailé Selassié na cimeira de abertura da OUA, consolidaram-se de modo inexorável.

Assim sendo, numa atmosfera na qual o maximalismo estava em refluxo, as teses moderadas, que na prática rejeitavam a concepção basilar do pan-africanismo de um continente organizado num único Estado, repropuseram o princípio da unidade africana com base no regionalismo econômico ⁹.

Essa tendência, ao menos no plano retórico, propugnava uma continuidade para com os antigos ideais unitaristas, na qual o regionalismo estaria sob guarda do pan-africanismo assumido enquanto um *umbrella concept*. A conjugação entre os dois conceitos, regionalismo e pan-africanismo, é transparente na preleção metafórica do Philibert Tsiranana, primeiro presidente de Madagascar:

“Estamos a edificar a casa. Os alicerces são os nossos povos, que existem. É a própria África. As paredes são os grupos regionais, que devem estar solidamente ligados uns aos outros por vigas de betão, e não apenas por um reboco de argamassa que lhes dissimule as fissuras. E o teto, tão indispensável como os alicerces e as paredes, é a unidade africana, que assentaremos sobre as paredes mutuamente reforçadas” (VAZQUEZ, 1974: 678).

Como muitos outros debates que ocorreram na seara pan-africanista, a questão do regionalismo desencadeou acalorados desentendimentos nas cimeiras da OUA. Como esperado, Kwame Nkrumah não via o regionalismo com bons olhos, para quem a concepção funcionaria como amortecedor da unificação.

Mas, em oposição à Nkrumah, lideranças como Leopold Senghor (Senegal), Gamal Abdel Nasser (Egito) e Hailé Selassié (Etiópia), mostravam clara inclinação pela adoção do regionalismo, conceito que terminou legitimado no espectro político continental.

Neste sentido, dados institucionais são esclarecedores quanto à onipresença da regionalização. No ano de 1977, um levantamento da Comissão Econômica para a África, da ONU (*United Nations Economic Commission for Africa*: UNECA ou ainda ECA-ONU), enumerava mais de vinte entidades intergovernamentais de cooperação econômica multisetorial, bem como uma centena de organizações multinacionais unissetoriais engajadas na promoção da cooperação técnica e econômica (Figura 5).



FIGURA 5 - Da esquerda para a direita: o presidente tanzaniano Julius Nyerere, o presidente ugandês Apollo Milton Obote e o presidente queniano Jommo Kenyatta, por ocasião da assinatura do Tratado de Cooperação na África do Leste, entidade antecessora da Comunidade da África Oriental, em Kampala (Uganda), no mês de junho de 1967 (Foto: Topham, Londres. In: UNESCO, Volume VIII, página 881)

Muitas destas instituições, criadas nos anos 1960, década apogística da integração africana, são igualmente demonstrativas de uma tendência do regionalismo em mimetizar-se ao pan-africanismo, a ponto de ensejar situação de quase sinonímia entre ambos (WALDMAN, 2013c; ASANTE *et* CHANAIWA, 2010: 878; FERNANDES, 2009: 94-97).

É fundamental entender que este movimento, frequentemente analisado a partir de perspectivas centradas no econômico, responde por múltiplos modelos e iniciativas. Com a finalidade de afinar a inteligibilidade da plêiade formada pelas entidades regionais e tomando-se por base diversos estudos (BADI, 2001: 55-56), seria possível distinguir, segundo as metas às quais os agrupamentos regionais se propõem, cinco categorias básicas de instituições:

- *Organizações políticas que apontam para a unificação ou cooperação política entre dois ou mais Estados*, caso, por exemplo, da União Gana e Guiné-Conakry e da União dos Estados Africanos;
- *Organizações econômicas baseadas na cooperação regional ou funcional*: uniões aduaneiras, comunidades econômicas e áreas de comércio preferencial, categoria à qual pertencem as Regional Economic Communities (RECs) ou então, Comunidades Econômicas Regionais (CERs), entidades também conhecidas como Blocos Regionais Africanos;
- No que revela a importância da questão dos recursos hídricos para o continente africano, constatamos a alçada das *Comissões Hidrológicas* ou *Comitês de Bacia*, entidades com mandato voltado para o aproveitamento das águas de determinada rede hidrográfica, lago ou rio internacional, tendo como uma das tarefas primordiais, estudos de bacia e de gestão das águas fluviais. Expressão da essencialidade do debate hídrico em meio à realidade africana, neste particular constariam, entre outros organismos, a Iniciativa da Bacia do Nilo (*Nile Basin Initiative*: NBI), a Comissão da Bacia do rio Chad (*Lake Chad Basin Commission*: LCBC), assim como a Comissão do Rio Níger (*Niger Basin Authority*: NBA). (Vide UNEP, 2010a e 2010b; AU-NEPAD. 2009: 11-14);

- *Instituições financeiras e bancárias, cujos objetivos são a integração monetária, a ajuda financeira mútua ou o financiamento de projetos de desenvolvimento comum*, tópico que incluiria, por exemplo, a *Commission de la Communauté Economique et Monétaire de l'Afrique Centrale* (CEMAC) e a *Union Economique et Monétaire Ouest Africaine* (UEMOA);
- *Organismos circunscritos a um campo específico de atuação, técnico ou de investigação*, tais como a *Air Afrique*, a União Pan-africana de Telecomunicações, a União Pan-africana dos Correios, a União Africana de Estradas de Ferro, órgãos especializados da OUA, etc.

Asseguradamente, no conjunto do Terceiro Mundo, o continente africano é o que mais se destaca, nos aspectos quantitativos e qualitativos, na proliferação de órgãos de cooperação e de integração, dentre os quais, caberia maior destaque para os de cunho econômico.

Tais instituições começaram a entrar em atividade nos anos 1960. Vários desses órgãos, tais como o Comitê Permanente Consultivo do Magreb ¹⁰, União Monetária da África Ocidental e a Organização dos Estados do Rio Senegal, se tornaram entidades núcleo que se expandiram com a adesão de novos participantes ou então, se dissolveram.

Na atualidade, tanto a União Africana ¹¹, quanto a *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD, ou Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), adotam os RECs como pilares da edificação da Comunidade Econômica Africana, conhecida no jargão especializado como *African Economic Community* (AEC), Comunidade Econômica Africana, abrangendo todo o continente.

Conferidos da atribuição de *building blocs*, os RECs se diferenciam por concepções, méritos, extensão e objetivos. Contudo, *la raison d'être* das comunidades regionais africanas, compartilhada por todas sem exceção, sinaliza para a união do continente numa única moldura econômica e institucional (Cf. NDOMO, 2009: 5-6; CARVALHO, 2007: 231-233).

Nesta bitola, a NEPAD, propositura econômica da UA lançada em 23 de Outubro de 2001 em Abuja (Nigéria), se afirmou como escore institucional de legitimação dos RECs. Articulado desenvolvimento econômico, democracia e governabilidade, o plano defendeu novas bases ideacionais de projeção mundial para a África, com a questão da segurança colocada numa posição de proa ¹².

Pelo caráter abrangente, a NEPAD, diferindo de experimentos anteriores como o Plano de Lagos (1980) e o Programa Africano de Recuperação Econômica (1986), num certo sentido embalou convicções acerca de um novo rumo para a África no II Milênio ensejando, pois comparação tecida por muitos especialistas com o Plano Marshall, levado a cabo no pós-guerra na Europa Ocidental (SILVA, 2008: 143-144, SARAIVA, 2002: 125).

Portanto, realimentando o debate relacionado ao desenvolvimento do continente no âmago de retomada da doutrina da integração africana, a centralidade dos RECs na programação do multilateralismo africano seria pelo mínimo previsível. Nesta sentença, dominando a paisagem da integração, os *building blocs* revalidam os zelos do multilateralismo africano numa verga na qual estão perfiladas oito grandes comunidades regionais (Cf. Figura 6).

Estas seriam: a *União do Magreb Árabe* (UMA), a *Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental* (ECOWAS-CEDEAO), a *Comunidade Econômica dos Estados da África Central* (CEEAC-ECCAS), o *Mercado Comum da África Oriental e Meridional* (COMESA), a *Comunidade da África Oriental* (EAC); *Comunidade de Estados Sahel-Saarianos* (CEN-SAD), a *Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento* (IGAD) e a *Comunidade de Desenvolvimento da África Meridional* (SADC).

Por outro lado, estes órgãos não esgotam a compreensão do regionalismo africano. Para complementá-lo, precisamos pontuar a existência de oito outras organizações atuantes no continente, cuja gênese e história contribuiriam para com o avanço do continentalismo. Somando-se à atuação dos RECs, essa asserção evoca órgãos classificados numa coletânea de documentos como blocos “sub-regionais”, “sub-agrupamentos” ou ainda, “secundários”.

OITO PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS REGIONAIS EIGHT REGIONAL ECONOMIC COMMUNITIES (RECS)	OITO ENTIDADES ADJUNTAS
EAC East African Community	SACU Southern African Customs Union
ECOWAS Economic Community of Western African States ou CEDEAO Communauté Économique des États de l'Afrique Occidentale Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental	CEPGL Communauté Économique des Pays des Grand Lacs
CEEAC Communauté Économique des États de l'Afrique Centrale Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental	MRU Mano River Union
IGAD Intergovernmental Authority on Development Autorité Intergouvernementale pour l'ê Développement	COI Commission de l'Océan Indien
UMA L'Union du Maghreb Arabe اتحاد المغرب العربي	CMA Common Monetary Area
SADC Southern African Development Community ou CDAA Communauté de développement d'Afrique Australe Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral	CEMAC Commission de la Communauté Économique et Monétaire de l'Afrique Centrale
COMESA Common Market for Eastern and Southern Africa Marché Commun de l'Afrique Orientale et Australe Mercado Comum da África Oriental e Austral	UEMOA Union Économique et Monétaire Ouest Africaine
CEN-SAD Community of Sahel-Saharan States Communauté des États Sahélo-Sahariens Comunidade dos Estados Sahelo- Saarianos تجمع دول الساحل والصحراء	WAMZ West African Monetary Zone

FIGURA 6 - Oito Blocos Econômicos Regionais e Oito Entidades Adjuntas (WALDMAN, 2013c: 9)

Todavia, pontue-se que essas definições mostram-se inapropriadas tanto por sugerir inferioridade institucional *a priori* destas organizações diante dos RECs. Incluso no prisma etimológico, indicam papéis subalternos, inerentes à adjectivação do prefixo *sub* e da palavra *secundário*, intuindo uma ordenação hierárquica que, entretanto, não condiz com o cotidiano político-econômico em vigor na África.

A esta luz, o texto em curso propõe que tais instituições respondam pela tipologia entidades ou blocos adjuntos. Isto porque funcionam como suporte para os RECs e como interlocutores de iniciativas multilaterais, em determinados contextos dotadas de grande prestígio.

Devemos ressaltar que entidades como a *Southern African Customs Union* (SACU), são, por exemplo, economicamente influentes e dotadas de poderosa força política, superando muitos dos RECs numa ampla gama de aspectos.

No tocante à *União Econômica e Monetária da África Ocidental* (UEMOA), é incontestável a importância deste órgão como matriz de integração regional, visto disponibilizar em oito nações da África Ocidental - Benim ¹³, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal, Guiné-Bissau e Togo -, uma moeda comum, o Franco CFA (acrônimo de *Communauté Financière Africaine*).

Entenda-se que organismos como a *Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos* (CEPGL), reunindo Ruanda, Burundi e a República Democrática do Congo (RDC), mesmo que não estejam demonstrando distinção no patamar da gestão e do funcionamento regional, isto em nada contesta o potencial da entidade em termos de integração e capacitação em aprofundar o relacionamento entre os Estados-membros do grupo.

De mais a mais, os blocos adjuntos abrangeriam, para além da SACU, da CEPGL e da UEMOA, a *Mano River Union* (MRU, União do Rio mano), a *Commission de l'Océan Indien* (COI, Comissão do Oceano Índico), a *Common Monetary Area* (CMA, Área Monetária Comum), a *Commission de la Communauté Economique et Monétaire de l'Afrique* (CEMAC, Comissão da Comunidade Econômica e Monetária da África Central) e a *West African Monetary Zone* (WAMZ, Zona Monetária da África Oriental).

Por fim, nesta listagem seria admissível incluir a *Nile Basin Initiative* (NBI, Iniciativa da Bacia do Nilo), instituição intergovernamental cujo mote é o monitoramento compartilhado das águas desta vasta rede hidrográfica, a maior do mundo. Nesta derivação, o órgão tem por cobertura a magnitude continental do Rio Nilo e a rede institucional com a qual a NBI interage, necessariamente interagindo com todos os grandes órgãos multilaterais africanos.

Assim, a NBI relaciona-se com vários RECs, e firma parcerias com o Banco Mundial, com o *African Development Bank* (AfDB, Banco Africano de Desenvolvimento) e com uma multitude de atores estatais e não-estatais.

Seria possível concluir, as entidades multilaterais africanas acoplam-se umas às outras ignorando o estatuto de constituírem RECs ou blocos adjuntos. Nesta rede formatada num emaranhado complexo, fica evidente a participação dos países em diferentes órgãos inter-regionais, justapondo-se entre si numa proporção tal que seria difícil prescindir da sugestiva terminologia *tigela de spaghetti*, entronizada pelo economista norte-americano Richard BALDWIN (2006).

Deste modo, para Baldwin as interações multilateralistas da economia global constituiriam credencial invariável nas relações internacionais. Concebida como uma premissa *sine qua non* da atual ordem global, faria jus, nesta derivação, destacar o quanto o continente tem exercitado indisputada performance.

A literatura técnica demonstra que no ano de 2009, dentre as 53 nações então pertencentes à União Africana, 26 eram membros duais em blocos regionais; vinte participavam em três organizações; a RDC estava presente em quatro órgãos multilaterais; e emblemática exceção à regra, somente seis nações atinham-se a um REC (NDOMO, 2009: 9; Ver também MBENGE, 2013 e UNCTAD, 2009).

Pelo visto, um indicativo singular dos processos de integração em África é o grande número de experiências de cooperação regional existentes, abarcando de um modo ou de outro a totalidade dos Estados soberanos. É o que expõe o Diagrama de Euler quanto à sobreposição dos Estados africanos em diferentes entidades regionais. Basta conferir (Vide Figura 7).

Tal apreciação nos remeteria, pois ao tipo de metodologia e ferramentas de análise propícias ao estudo do continente. Notadamente, na vertente do continentalismo africano referir-se apenas à “África” pode testificar uma locução inadequada e de escassa operacionalidade, incapaz de dar conta das múltiplas realidades presentes na escala continental.

Pois então, no lugar de metodologias que se mostram excessivamente amplas e generalizantes, a boa práxis esclarece que a compreensão da realidade africana aponta para pensarmos os *países* presentes na sua cartografia política e os *agrupamentos* aos quais se integram como expressão de interesses diferenciados e

dos múltiplos caminhos e visões relacionadas com a cooperação regional (MOURÃO, 2010a, 2010b e 2002: 253-254).

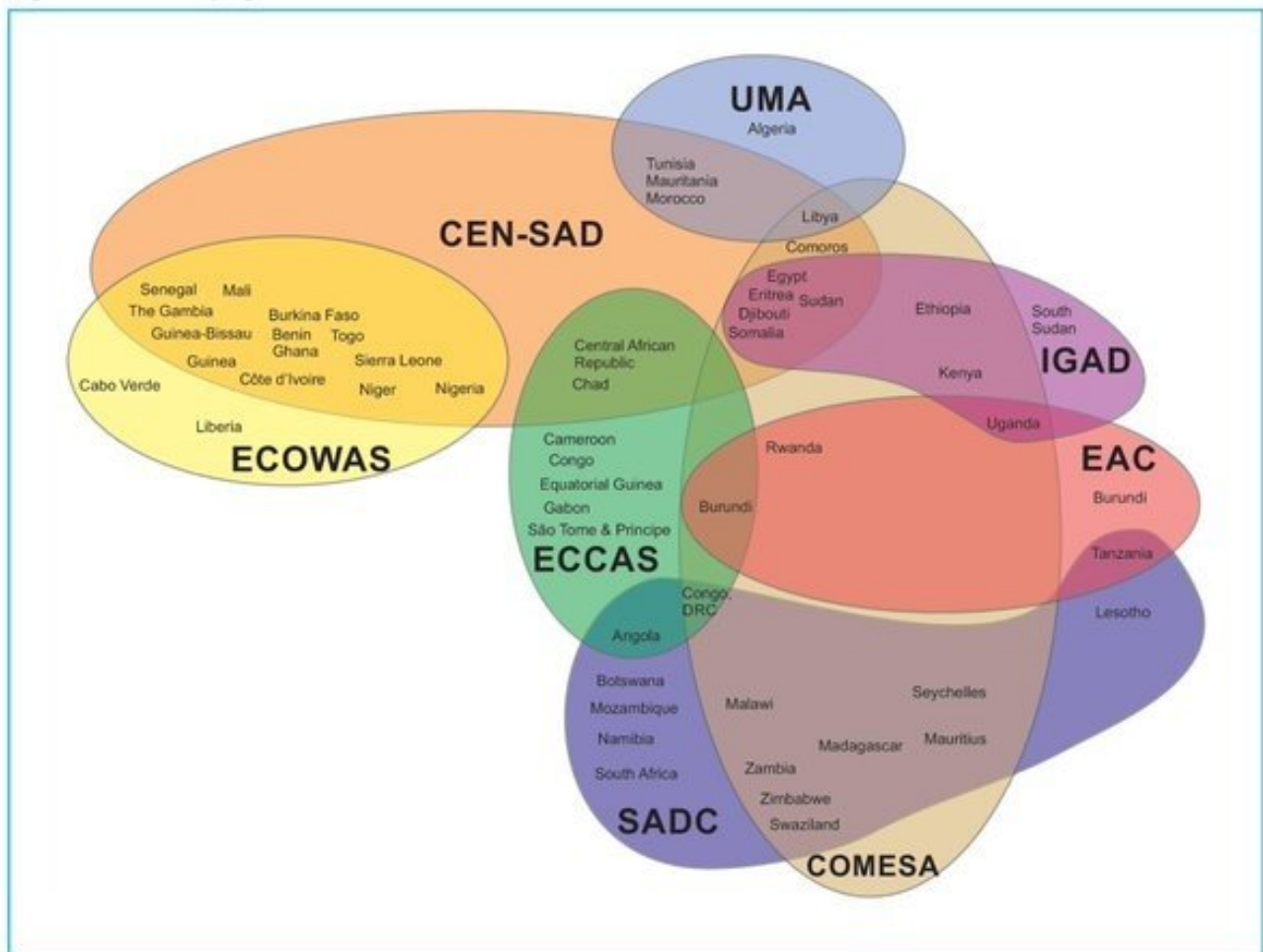


FIGURA 7 - A Sobreposição dos Estados africanos em diferentes entidades regionais (Fonte: UNCTAD, 2009: 12, diagrama disponibilizado *on line* em: < <http://africarealities.blogspot.com.br/2013/12/fw-regional-integration-and-intra-trade.html> >. Acesso: 27-11-2013)

Neste sentido, façamos um breve parêntese salientando que no início dos anos 1960, a UNECA, em consonância com o novo *timing* pan-africanista, adotou como procedimento para viabilizar a integração regional uma estratégia etapista. Desabonando um mecanismo macro em escala continental, a UNECA estabeleceu como prioridade a atuação no interior de espaços geograficamente circunscritos.

Assim, o organismo subdividiu o continente em quatro regiões - África Oriental e Austral, África Central, África Ocidental e África do Norte - dotadas cada uma de um escritório funcionando como uma antena propagadora do secretariado central.

Mais adiante, acompanhando a derrocada dos regimes de minoria branca no Sul do continente, as regiões Oriental e Austral foram desmembradas em duas jurisdições, desdobrando-se na atual configuração composta por Cinco Regiões (ADEDEJI, 2010: 490).

A principal função dessas oficinas era facilitar as decisões e as ações coletivas em nível local, conduzir estudos, desenvolver análises, participar na elaboração e execução de projetos de cooperação regional bem como fornecer, *in loco* e em caráter permanente, assistência técnica especializada (*apud* ADEDEJI, 2010: 490).

Nada obstante, sob a lupa da funcionalidade esses organismos apresentam atuação variável e desigual, eventualmente assumindo conotações que escapam a um corolário econômico. Isto posto, pontue-se que a perspectiva pela qual a economia precede a segurança pode ser reposicionada num sentido contrário.

Para exemplificar, na região dos Grandes Lagos, a destruição massiva e a brutalidade do conflito impuseram, por exemplo, a criação de órgãos de segurança a evidenciá-la como primeiro passo para estabilizar a região de modo a tornar possível o desenvolvimento econômico.

O mesmo pode ser dito quanto à SADCC, antecessora da SADC, criada num momento de confrontação econômica e militar com o regime de minoria branca da África do Sul (DUBY, 2011: 265; MOURÃO, 2010a: 4; BONIFACE *et alli*, 2009: 127; BADI, 2001: 61).

Em termos do integracionismo africano, é essencial maturar a noção de que na história recente do continente, o fim da Guerra Fria alterou em profundidade o panorama geopolítico. Claro sinal deste *turning point* foi a pacificação da África Austral, processo aberto com negociações visando a independência da Namíbia, alcançar a paz em Angola, colocar um ponto final no *Apartheid* e promover a retirada das tropas cubanas dos territórios angolano e etíope ¹⁴.

Na ausência dos esteios que asseguravam a arquitetura da ordem bipolar, sobrevém então a *débâcle* de diversos regimes antiocidentais e a adesão, ao menos formal, ao modelo da democracia representativa, acontecimentos que se concatenam com a

progressão da globalização econômica no continente (Cf. BACHMANN, 2011; SILVA, 2008: 138-139).

Contudo, o novo estado de coisas não impediu prosseguimento dos conflitos na África. Deveras, o que sucedeu foi uma repaginação das conflagrações, derivando em reacomodação de interesses e filiações políticas.

É o que explica atritos que eclodem e/ou recrudesçam, ao longo dos nos anos 1990, em diferentes pontos do continente. Nesta acepção, são bastante ilustrativos os episódios traumáticos de Ruanda, Burundi, Nigéria, Zaire, Sudão, Somália, Costa do Marfim, Libéria e Serra Leoa.

Nesses embates, sobrevieram comoções internas quase sempre acopladas às novas articulações geoestratégicas e econômicas. Nesta última averbação, as guerras estiveram particularmente vinculadas ao controle de vastas jazidas minerais, cobiça reforçada pelas demandas da informática, da indústria eletrônica e das tecnologias de informação ¹⁵.

Ora, o que fica patente é que independentemente do repertório econômico, a noção de segurança, agora liberta de adereços “bipolares”, passa a ser alçada a uma caracterização mais ampla. Decididamente, o fim da Guerra Fria estimulou novas abordagens para o temário diante da realidade africana.

Entenda-se que no contexto do continente, conceituações de segurança delimitadas exclusivamente em termos político-militares restringem em demasia o campo de visão.

Ao lado da dimensão da força militar na sua natureza mais textual, se somam outros fermentos, dentre estes os das dimensões do social, cultural, econômico e ambiental, sendo que apenas com base nas correlações mantidas entre diferentes temários é que se torna viável satisfazer empenhos voltados para a identificação da complexidade da agenda securitária africana (*apud* OWOLABI, 1994: 284).

Relativamente aos RECs, os impactos das mudanças ocorridas no âmbito mundial e a necessidade de manter a segurança regional tornou verossímil para os Blocos

Regionais colocar sob sua alçada a esfera securitária. É o que aconteceu na CEEAC-ECCAS, cujo escopo original foi alargado, passando a incluir propósitos como a estabilidade política, emprestando um perfil de tipo novo à instituição.

As convulsões que sacudiram a RDC, Ruanda e o Burundi, tiveram como resposta a criação no seio da CEEAC-ECCAS, de organismos como o Regimento Interno do Mecanismo de Alerta Rápido da África Central (FOMAC) e a Direção das Ações Políticas e Diplomáticas (DAPD), ambos os órgãos se destacando como mecanismos garantidores da paz (MOURÃO, 2010a: 3).

E mais do que uma experiência particular da CEEAC-ECCAS, o continente tem sido pensado de modo a articular sistemas de defesa aos RECs, atuando sob a tutela mais ampla do *African Standby Force* (ASF, Força de Alerta Africana). A constituição do ASF, visto como uma espécie de braço armado da UA, tem por referência *motto* encontrada em documentos oficiais emitidos pelo continente: “*Para problemas africanos cabem soluções africanas*”¹⁶.

Todavia, independentemente da efetividade da ASF, sob a qual pesam dúvidas, e das percepções divergentes quanto ao seu mandato precípua, não deixa de ser relevante que o organismo procure se estruturar tomando por base a circunscrição dos RECs, resultando em cinco brigadas regionalizadas: *SADC Standby Force*, *Eastern Africa Standby Force*, *ECOWAS Standby Force*, *North African Regional Capability*, *Standby Force ECCAS Standby Force* (Vide BACHMANN 2011).

No mais, há que serem registradas as venturas associadas ao protagonismo das comunidades regionais. Entidades dotadas de um histórico de desempenho eficaz contrastam com outras que se tornaram obsoletas ou que simplesmente foram extintas. Seja como for, a existência *per se* dessas entidades não permite dúvidas quanto a capacidade de sedução do ideário pan-africanista, ajustado agora às demandas do regionalismo (NDOMO, 2009; BADI, 1992).

Na linha destes reparos, recordemos que em 2013 o mapa político atualizado da África exibia 54 Estados soberanos, o maior número de nações independentes localizadas num único continente (contabilidade que inclui o Sudão do Sul). E no que seria pertinente registrar, com o Saara Ocidental a somatória de Estados africanos

alcançaria 55 países. De passagem, confira-se que a bancada africana é a maior da ONU, representando quase a quarta parte dos Estados-membros.

Contudo, esse apontamento numérico despertaria apreensão quanto à magnitude da dedicação a ser requisitada aos que se voltam ao estudo do continente africano. Observamos parágrafos atrás que a existência de elos a conectar povos, espaços e culturas em toda a extensão do continente não tem como descartar uma robusta heterogeneidade, indissociável da forma de ser da África.

Indo direto ao ponto, a África, ao constituir extensão continental que abarca aproximadamente um quarto das terras emersas do Planeta, extensão na qual vivem 14,82% da população mundial, grei composta por grupos, povos e etnias que sedimentam o mais antigo acervo histórico da Humanidade, teria como única opção estar mergulhada numa diversidade ímpar¹⁷.

Num desdobramento adereçado de *geographical flavour*, o Mapa Regional de África (Figura 8), reconhecendo tacitamente a inegável diversidade que tipifica as terras africanas, seria uma assumida materialização cartográfica deste fato irretorquível, ratificado pelas diretrizes da UNECA (WALDMAN, 2013d).

Esta peça da cartografia regional africana foi corroborada pela 26ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros da OUA, ocorrida entre 23 de Fevereiro e 1º de Março de 1976 na cidade de Adis Abeba.

Este evento, com base numa reflexão mais aguçada quanto à regionalização do continente, sancionou então uma carta apresentando a África conformada por cinco macro-conjuntos: *África Central, Oriental, Setentrional, Ocidental e Austral*.

Em linhas gerais, a instauração das organizações regionais em África a partir dos anos 1960 estava de acordo com o mapa matricial idealizado pela UNECA. Deste modo, patenteando a habilidade do gradualismo em acoplar uma trajetória de comedimento ao pan-africanismo, temos que essa peça cartográfica não pode em momento algum ser excluída das avaliações relacionadas ao associativismo em África.

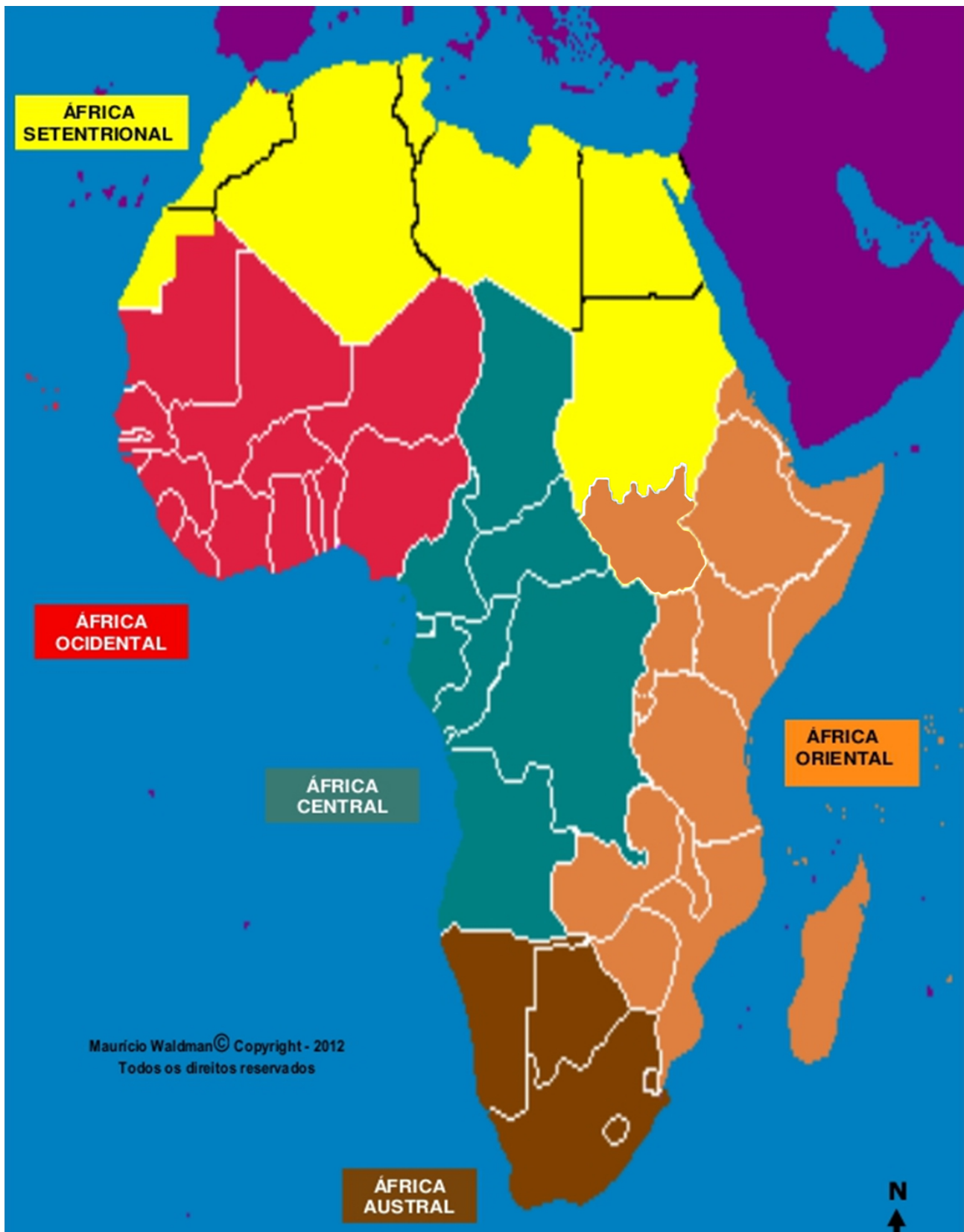


FIGURA 8 - Mapa da Divisão Regional da África: Cinco Macro-conjuntos Regionais reconhecidos pela Organização da Unidade Africana e pela União Africana (Mapa de Maurício Waldman, in WALDMAN, 2013b: 19, 2013c: 13 e 2013d: 3)

No que confere jurisprudência a essa última assertiva, o Mapa Regional de África é possivelmente uma das raras visões cartográficas, senão única, aceitas na amplidão de um continente por inteiro. Trata-se de uma peça cartográfica verdadeiramente emblemática em termos da ordenação contemporânea da espacialidade continental africana, asserção fica evidente pela adesão unânime das esferas governamentais e supranacionais a esse mapa.

Ao longo do seu tempo de vigência, o desenho deste mapa tem contribuído para com a definição dos rumos que tem capitaneado os dinamismos da cooperação regional no espaço africano. Num dos primeiros préstimos funcionais, a UNECA fez uso desse mapa junto aos *Multinational Programming and Operational Centres* (MULPOCs ou Centros Multinacionais de Programação e Execução dos Projetos), entidades operacionais de cooperação econômica regional (Vide ECA, 1981).

Mais tarde, agremiando apoio da UA e da NEPAD, o Mapa Regional de África foi adotado como plataforma para orientar a atuação dos agentes econômicos e dos Blocos Regionais Africanos. Rubrique-se que o término da OUA não fragilizou a aceitação do Mapa. Tanto assim que o material foi prontamente revalidado pela UA, mantendo assim seu prestígio inalterado (Vide WALDMAN, 2013b, 2013c e 2013d; UNSC, 2012; OUA, 1976).

Nesta ótica, seria imperioso enfatizar que o Mapa das Cinco Regiões está embasado num saber geoespacial referendado por um estatuto marcadamente autóctone. A origem desta sistematização pode ser rastreada em Maio de 1961, momento no qual o continente assistia a eclosão de verdadeira enxurrada de independências.

Nesta conjuntura, o Conselho Econômico e Social da ONU, através da Resolução 816, deu início à *The United Nations Regional Cartographic Conference for África* (Conferência Cartográfica Regional das Nações Unidas para a África), forum que passou a encabeçar o debate e normatização da cartografia e da geoinformação em todo o continente (Vide UN, 1961; OUA, 1980: 27).

Não surpreende então que a carta, além de identificar especificidades regionais, é igualmente dotada, num prisma unitarista, de um caráter axiomático de um lado e

programático outro, pois sua operacionalização é justificada invocando a herança pan-africanista.

No que demonstra a força das premissas originais pan-africanistas, o mapa foi enriquecido com uma *sexta região*: a formada pela diáspora africana originada pelo tráfico e pelos núcleos de Africanidade semeados por intermédio das migrações contemporâneas (M'BOKOLO, 2012: 708).

Por outro lado, o mapa também constitui uma das pistas reveladoras dos intuitos gradualistas defendidos pela UNECA, que por definição, investia na formação de uma grande comunidade econômica na África, prevista para abranger todo o continente até finais do século XX.

Cabem também reparos no sentido de que, justamente por distinguir-se por uma progenitura africana, o Mapa Regional da UNECA-OUA-UA não poderia estar isento de fricções subliminares afeitas ao universo do contraditório.

Fato óbvio, a definição dos macro-conjuntos e dos Estados que os compõem não é fortuita. Mais ainda quando os órgãos multilaterais interagem com delegações cuja pauta de ação, reflete programas políticos ou mesmo uma *Weltanschauung*¹⁸ não necessariamente gravada por anuências ou por beneplácitos.

Pelo contrário, as agendas oficiais axialmente podem, e de fato exponencializam, diversas modalidades de desacordos. Ainda que escamoteadas, tais desavenças, como que denunciando sua insatisfação para com o anonimato, cedo ou tarde conquistam notoriedade, transformando-se em sujeitos de conflitos e controvérsias.

Sem maiores rodeios: as decisões dos órgãos supranacionais, enquanto fórum dotados de interface política, não tem como se dissociar das relações de poder que solenemente regem toda decisão institucional, mais ainda quando o fato regional reporta diretamente a uma esfera de exercício do poder, que é o espaço¹⁹.

Veja-se o caso do Sudão do Sul. A nova nação, que surge a partir de um divórcio amargo do antigo governo central de Kartum, advogou, praticamente desde o início de sua vida independente, o ingresso do país na África Oriental, retirando-se de uma

circunscrição regional, a África Setentrional, intuitivamente percebida como espaço de guarida dos antigos opressores.

Naturalmente o desejo reflete laços de fidelidade tradicionalmente cultivados com grupos que habitam a Etiópia e Uganda, justificado também pelas duras lutas de resistência travadas durante cinco décadas contra os sudaneses setentrionais, fatos que obviamente tornam dificultosa uma parceria associativista com os países da África Setentrional.

Este seria um dentre muitos indicativos que explicitam arestas nos processos de regionalização, todos colocando em cheque certo tecnicismo que permeia este debate.

Mas que de qualquer modo assestam um princípio fundamental: o profundo vínculo mantido pela África em prol da integração continental, que mesmo avançando por vias diferentes do previsto, confirmam, e não negam, o apreço desfrutado pelo ideal da unidade continental.

BIBLIOGRAFIA

ADEDEJI, Adebayo. *Capítulo 14: Estratégias Comparadas de Descolonização Econômica*. Volume VIII: África desde 1935. In: *História Geral da África*, pp. 472-516. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica, Territórios Tradicionais*. Brasília (DF): Mapas Editora & Consultoria. 2009;

_____. *Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-Aprendizagem*. Brasília (DF): Centro de Cartografia Aplicada e Informação da Universidade de Brasília - Mapas Editora & Consultoria. 2007;

_____. *A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para uma África Desmistificada*. In: *Revista Humanidades*, N°. 22, Retratos da África, pp. 12-32. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília (UNB). 1989;

ARIA 2012: *Assessing Regional Integration in Africa V: Towards an African Continental Free Trade Area*. United Nations Economic Commission for Africa (UNECA), Africa Union (AU) e African Development Bank (AfDB). Etiópia: Adis Abeba. 2012;

ASANTE, S. K. B. et CHANAIWA, David. *Capítulo 24: O Pan-africanismo e a Integração Regional*. Volume VIII: África desde 1935. In: *História Geral da África*, pp. 873-896. Brasília (DF): UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010;

AU-NEPAD. *African Action Plan 2010-2015 - Advancing Regional and Continental Integration in África*. Adis Abeba (Etiópia): *New Partnership for Africa's Development* e African Union. 2009;

BACHMANN, Olaf. *The African Standby Force: External Support to an 'African Solution to African Problems'?*. In: *IDS Research Report Volume 2011*, N°. 67. Brighton (Reino Unido): University of Sussex, Institute of Development Studies (IDS). 2011;

BADI, Mbuyi Kabunda. *La Integración Regional en Africa: Análisis Político, Jurídico Y Económico*. In: *Cuadernos de Ciencias Económicas y Empresariales: CC.EE. y EE.*, N°. 40, pp. 53-97. Málaga (Espanha): Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de Málaga. 2001;

_____. *Ideologías y Experiencias de Integración Regional en África*. Tese de Doutorado. Madri (Espanha): Facultad de Ciencias Políticas, Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales de la Universidad Complutense. 1992;

BALDWIN, Richard E. *Multilateralising Regionalism: Spaguetti Bowls as Building Bloc on the Path to Global Free Trade*. Reino Unido: The World Economic, Volume 29, Nº. 11, pp. 1.451-1.518. 2006;

BATSÍKAMA, Patrício. *Angolanidade: construção das identidades angolanas*. Paper disponibilizado pelo Portal Por Dentro da África, edição de 10-09-2013. Texto disponível *on line* em:

< <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/angolanidade-construcao-das-identidades-angolanas-por-patricio-batsikama> >. Acesso em: 08-12-2013. 2013;

BONIFACE, Pascal; VÉDRINE, Hubert *et* MAGNIER, Jean-Pierre. *Atlas do Mundo Global*. São Paulo (SP): Estação Liberdade. 2009;

CARVALHO, Genésio de. *África e Política de Cooperação da União Europeia - A experiência da Guiné-Bissau*. Coleção Relações Internacionais e Globalização, Nº. 13. Ijuí (RS): Editora Injuí. 2007;

CEA. *África Única e Plural: "Mélanges" em Homenagem ao Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão* (Organização: Kabengele Munanga). Edição especial da Revista África, Volume 20/2. Universidade de São Paulo (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). 2012;

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 1979;

DÖPCKE, Wolfgang. *O Encontro Estratégico: a União Africana, o Plano NEPAD e o novo discurso internacional*. In: Anais do Colóquio sobre as relações Brasil-África. Brasília (DF): Ministério das Relações Exteriores (MRE), Departamento da África e Oriente Próximo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Instituto Rio Branco. 2002a;

_____. *Há Salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development*. In: Revista Brasileira de Política Internacional, pp. 146-155. Brasília (DF): Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). 2002b;

_____. *A Vida Longa das Linhas Retas: Cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra*. Brasília (DF): Revista Brasileira de Política Internacional, Volume 42, nº. 1, pp. 77-109. 1999;

DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris (França): Larousse - Essays et Documents. 2011;

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá - Teoria das Relações Internacionais*. Brasília (DF) e São Paulo (SP): Coedição Editora da Universidade de Brasília e Imprensa Oficial do Estado. 2000;

ECA: Economic Commission for Africa, United Nations Economic Commission for Africa (UNECA). *The Multinational Programming and Operational Centres (Mulpocs) as the Focal Point for the Promotion of Economic and Technical Co-Operation among African Countries*. Second Meeting of Technical Committee of Experts. Tangier, Marrocos, 30 November-2 December, 1981. 1981;

_____. *United Nations Regional Cartographic Conference for Africa*, 1-12 July 1963, Nairobi, Kenya. Volume 1. Report of the Conference. New York: United Nations. 1963;

FERNANDES, Joel Aló. *Integração para o Desenvolvimento da África: A Fusão de Blocos Econômicos*. Coleção Relações Internacionais e Globalização, Nº. 23. Ijuí (RS): Editora Injuí. 2009;

LANDSBERG, Chris. *NEPAD: What is it? What is missing? Paper* elaborado para o Southern African Regional Poverty Network (SARPN). Pretória (República da África do Sul): <http://www.sarpn.org/>. Texto disponível on line: < http://www.sarpn.org/documents/d0000550/P503_Landsberg.pdf > Acesso: 07-05-2013. 2003;

LEWIS, M. Paul (Coord.). *Ethnologue: Languages of the World*. 16ª edição. Dallas (EUA): Summer Institute of Linguistics (SIL), SIL International. 2009;

MAYALL, James. *África até 1975: Ditadura e Conflito*. In: História do Século XX, Volume 6, pp. 2598-2604. São Paulo (SP): Abril Cultural. 1975;

MARIANO, Karina Pasquariello. *Globalização, Integração e o Estado*. In: Lua Nova, Revista de Cultura e Política, Nº. 71. São Paulo (SP): Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). 2007;

MBENGE, Youssoupha. *Panafricanisme et Fondements Théoriques de la Dynamique Integrationniste Africaine*. Panafricanism & African Renaissance - 21th African Union Summit, 19-27 May, 2013, pp. 25-27. In: *Au Echo: The Africa We Want*, Special Issue for the 50th Anniversary of the OAU-AU, 1963-2013. Adis Abeba (Etiópia): União Africana. 2013;

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Dois Volumes: Tomo I (*Até o século XVIII*) e Tomo II (*Do século XIX aos nossos dias*). Tradução de Alfredo Margarido. Salvador (BA) e São Paulo (SP): Editora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Casa das Áfricas. 2012;

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Intuições e Concretudes*. Rio de Janeiro (RJ): Texto apresentado na V Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (IPRI). 28-29 de Outubro de 2010. 2010a;

_____. *África no Sistema Internacional*. Texto apresentado em Conferência no I Curso para Diplomatas Africanos (IPRI). Rio de Janeiro (RJ), 05-30 de Junho de 2010. 2010b;

_____. *Processos de Integração e Grupos de Interesse Diferenciados: UA, CEDEAO/, ECOWAS, COMESA, SADC, CPLP, ZOPACAS*. Paper apresentado no Colóquio sobre as Relações Brasil-África, 05-12-2002, Instituto Rio Branco. Anais, pp. 253-270. Ministério das Relações Exteriores (MRE)/ Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI)/ Instituto Rio Branco (IRBr)/ Fundação Alexandre de Gusmão. 2002;

MUNANGA, Kabengele. *A República Democrática do Congo - RDC*. Texto mimeo. São Paulo (SP): Casa das Áfricas. 2007;

NDOMO, Atieno. *Regional Economic Communities in Africa: A Progress Overview*. German Technical Cooperation (GTZ). Nairobi: Quênia. Maio de 2009. 2009;

OUA. *Lagos Plan of action for the economic development of Africa*. Adis Abeba (Etiópia). 1980;

OUA. *CM/Resolution 464 (XXVI): Resolution on the Division of Africa into Five Regions*. Organization of African Unity, Council of Ministers. Twenty-Sixth Ordinary Session, Addis Ababa, Ethiopia, 23 February - 1 March 1976;

OWOLABI, Ajamu Olayiwola. *Transformação Global: Redefinindo segurança africana para a década de 90 e o século XXI*. In: Revista Contexto Internacional, Volume 16,

Nº. 2, pp. 283-294. Julho/Dezembro de 1994. Rio de Janeiro (RJ): Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica (PUC-IRI). 1994;

SANGO, André de Oliveira João. *Angola - Uma tentativa de acomodação das diferenças*. In: A Dimensão Atlântica da África (Coletânea da IIª Reunião Internacional de História da África), pp. 131-146. São Paulo: CEA-USP/SDG-Marinha/CAPES. 1997;

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África Parceira do Brasil Atlântico: Relações Internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Coleção Relações Internacionais, Série Parcerias Estratégicas com o Brasil. Belo Horizonte (MG): Fino Traço Editora. 2012;

SILVA, André Luiz Reis da. *Os Dilemas da África Contemporânea: a persistência do neocolonialismo e os desafios da autonomia, segurança e desenvolvimento (1960-2008)*. In: Revista Ciência & Letras, Nº. 44, pp. 125-149, Julho-Dezembro de 2008. Porto Alegre (RS): Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). 2008;

UA. *Panafricanism & African Renaissance - 21th African Union Summit, 19-27 May, 2013*. In: Au Echo: The Africa We Want, Special Issue for the 50th Anniversary of the OAU-AU, 1963-2013. Adis Abeba (Etiópia): União Africana. 2013;

UA. *Protocol on Amendments to the Constitutive Act of the African Union* (Protocolo de Emendas da União Africana), adotado na 1ª Sessão Extraordinária da Assembleia da União em Adis Abeba, Etiópia, 3-02-2003. 2003;

UN: *United Nations. Demographic Yearbook - Table 3: Population by sex, rate of population increase, surface area and density*. United Nations Statistics Division. 2008. Atualizado em 24-09-2011. Documento disponível *on line* em: < <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/dyb/dyb2008/Table03.pdf> >. Acesso: 22-05-2012. 2011;

UN. *Resolution 816-May 1961: United Nations Regional Cartographic Conference for Africa*. Nova York: United Nations Economic and Social Commission. 1961;

UNCTAD. *Economic Development in Africa, Report 2009: Strengthening Regional Economic Integration for Africa's Development*. Nova York e Genebra: United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). 2009;

UNEP. *Africa Water Atlas - Summary for Decision Makers*. Nairobi (Quênia): United Nations Environment Programme. Documento disponível *on line* em: <

https://na.unep.net/atlas/africaWater/downloads/Africa_Water_Atlas_Executive_Summary.pdf >. Acesso: 22-10-2013. 2010a;

UNEP. *Africa Water Atlas. United Nations Environment Programme*. Nairobi (Quênia): Division of Early Warning and Assessment (DEWA). Impresso no Reino Unido. 2010b.

UNEP. *AFRICA Atlas of Our Changing Environment*. Nairobi (Quênia): United Nations Environment Programme. Documento disponível *on line* em:
< http://www.unep.org/dewa/africa/africaAtlas/PDF/en/Africa_Atlas_Full_en.pdf >. Acesso: 23-10-2012. 2008;

UNESCO. *História Geral da África*. Brasília (DF): UNESCO, com apoio da Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2010;

VAZQUEZ, Modesto Seara. *Tratado general de Organización*. México (DF): Fondo de Cultura Económica. 1974;

WALDMAN, Maurício. *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*. Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado. São Paulo (SP) e Brasília (DF): Depto. de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP)/ Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq). 2013a;

_____. *O Mapa de África em Sala de Aula: A Persistência do Imaginário da Desqualificação na Representação Cartográfica Escolar de África*. Texto de subsídio elaborado para a Conferência Geografia e Geopolítica da África, proferida para o XVIII Curso de Difusão Cultural Introdução aos Estudos de África. Universidade de São Paulo. (SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Material masterizado como *ebook* pela Editora Kotev, disponível em Formato PDF *on line* em:
< http://www.mw.pro.br/mw/o_mapa_de_africa_em_sala_de_aula.pdf >. Março de 2013. 2013b;

_____. *Blocos Regionais Africanos: Compilação Estatística Essencial, Ano-base 2010*. Documento divulgado no XVIII Curso de Difusão Cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP) em Abril de 2013. Material masterizado em Formato PDF pela Editora Kotev, incorporado à Série Professor Mourão Nº. 8, disponível *on line* em: < http://www.mw.pro.br/mw/serie_professor_mourao_08.pdf >. 2013c;

_____. *Mapa Regional de África: Subsídio indispensável para a compreensão do continente*. Artigo originariamente elaborado para o Site da Cortez Editora,

masterizado e incorporado à Série Africanidades Nº. 3. São Paulo (SP): Editora Kotev.
Texto disponível *on line* em: < http://mw.pro.br/mw/africanidades_03.pdf >. 2013d;

WEBGRAFIA

UNECA. United Nations Economic Commision for Africa

<http://www.uneca.org>

UNEP. United Nations Environment Programme

<http://www.unep.org/>

UNITED NATIONS - Department of Economic and Social Affairs Population Division

<http://www.un.org/esa/population>

UNECA. United Nations Economic Commision for Africa

<http://www.uneca.org>

UNEP. United Nations Environment Programme

<http://www.unep.org/>

UNSC. United Nations Statistical Commission

<http://unstats.un.org/unsd/statcom/commission.htm>

<http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm>

<http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm#africa>

1 **Caminhos da Unidade Africana** corresponde a excerto do Relatório de Investigação de Pós-Doutorado *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação Regional e Dinâmicas Socioambientais*, desenvolvida no biênio 2012-2013 com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), instituição de fomento à pesquisa acadêmica ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do governo do Estado de São Paulo. Atente-se que o parecer final de aprovação do Relatório pela FAPESP em 2014, categorizou a investigação como *excelente*, destacando o rigor da redação e organização do texto, assim como indicou o material como merecedor de publicação. Em termos editoriais, **Caminhos da Unidade Africana** é um subcapítulo do Relatório de Pós-Doutorado, que no corpo deste documento, atende pelo título *Soberania, Contradições e Assentamentos Estruturais*, correspondendo às páginas 54-66. Atente-se que todos os títulos da Série Professor Mourão, à qual este material está indexado, acatam a ordem de exposição do Relatório de Pós-Doutorado, sequenciados de acordo com a numeração, de 1 a 8. No ano de 2018, este subcapítulo foi revisado, rediagramado, masterizado e editorialmente reconfigurado sob titularidade da **Editora Kotev** (2018, Kotev©). Esta edição também incorpora revisão ortográfica com base nas regras vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa, assim como cautelas de estilo, repaginação normativa e ajustes de programação inerentes ao formato PDF. A presente edição, exceto os quatro primeiros parágrafos, inseridos com o fito de situar o excerto no bojo da discussão específica do material, reporta exclusivamente ao teor e considerações presentes no documento original da investigação. **Caminhos da Unidade Africana** contou com a Assistência de Editoração Eletrônica, Pareceres Técnicos e Tratamento Digital de Imagem do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, Contato E-mail: francesco_antonio@hotmail.com, Site: www.harddesignweb.com.br. Retenha-se que **Caminhos da Unidade Africana** é um material gratuito, sendo vedada qualquer forma de reprodução comercial e igualmente, divulgação em qualquer veículo de comunicação sem aprovação prévia da **Editora Kotev** (Kotev©). A citação de **Caminhos da Unidade Africana** deve obrigatoriamente incorporar referências ao autor, texto e apensos editoriais conforme padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *Caminhos da Unidade Africana*. Série Professor Mourão Nº. 4. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Terceira edição, revisada. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2020.

2 **MAURÍCIO WALDMAN** é jornalista, professor universitário, editor, consultor e antropólogo africanista, com graduação em Sociologia (USP, 1982), licenciatura em Geografia Econômica (USP, 1983), mestrado em Antropologia (USP, 1997), doutorado em Geografia (USP, 2006), pós-doutorado em Geociências (UNICAMP, 2011), pós-doutorado em Relações Internacionais (USP, 2013) e pós-doutorado em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015). O segundo pós-doutoramento do autor, *O Papel de Angola na África Centro-Meridional: Recursos Hídricos, Cooperação*

Regional e Dinâmicas Socioambientais, foi desenvolvido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo (FFLCH-USP), sob supervisão do Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, decano do conhecimento africanista brasileiro. Waldman atuou como consultor do Instituto Paulo Freire no campo temático de África e realidade negra brasileira na *Coleção Tecendo o Saber* (2003-2004), como consultor internacional da Câmara de Comércio Afro-Brasileira (2013-2017), e durante dez anos (2004-2014), como professor colaborador nos cursos de difusão cultural do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Também desenvolveu palestras, cursos e conferências sobre África & Africanidades em dezenas de cidades brasileiras. Maurício Waldman responde pela autoria de 210 artigos, resenhas, projetos e textos científicos centrados no temário de África & Africanidades. Entre outros veículos de mídia impressa e eletrônica, os textos de Maurício Waldman foram publicados pela revista África (CEA-USP), Jornal Cultura (Luanda, Angola), revista Brasil-Angola Magazine (São Paulo), revista eletrônica Contemporartes (Curitiba) e Instituto Portal Afro (São Paulo). Waldman é autor de *Africanidade, Espaço e Tradição: A Topologia do Imaginário Espacial Tradicional Africano na fala griot sobre Sundjata Keita do Mali* (Revista África, coedição CEA-USP/Editora Humanitas, 1997-1998, Volume 20/21, pp. 219-268), *paper* considerado academicamente relevante pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), o mais influente centro de pesquisa mantido pelo governo francês ([Cf. Ficha Catalográfica](#)). Maurício Waldman também é coautor de *Memória D'África: A Temática Africana em Sala de Aula* (Cortez Editora, 2007), obra de referência no campo africanista brasileiro.

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

Página em Academia.edu: <https://usp-br.academia.edu/Maur%C3%ADcioWaldman>

Verbete Wikipedia (BrE): http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Contato Email: mw@mw.pro.br.

3 O *uti possidetis juris*, ou simplesmente *uti possidetis*, é um princípio de base da jurisprudência internacional oriundo do direito romano pelo qual, os países que efetivamente ocupam um dado território possuem direito a este.

4 Sucintamente, por *ator* estaremos nos referindo aos agentes que participam de modo geral nas interações da sociedade, que numa apreensão genérica inclui não só aparato de Estado, mas igualmente as empresas, movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONG), instituições nacionais, órgãos supranacionais, partidos políticos, segmentos sociais, grupos étnicos e categorias de atividades.

5 Por sinal, num sopesamento que escapa ao campo de visão de quase todos os comentaristas, o continente que mais tem revisto suas fronteiras com base na etnicidade não é a África, mas sim a Europa.

6 A Somália é uma das raras nações africanas cuja denominação decorre de um etnônimo. Outros casos seriam o Botswana (país dos Tswanas), Suazilândia (País dos Swazis) e o Lesotho (país dos Sothos).

7 Atentar para o fato de que a atual República do *Gana*, grafada sem “h”, não possui nenhum elo histórico ou geográfico com o Império do *Ghana*. A denominação Gana foi adotada no governo nacionalista de Kwame Nkruma com o intuito de rebatizar a antiga Colônia Britânica da Costa do Ouro com uma referência africana, borrando a toponímia colonial (Nota de edição de 2018).

8 Todavia, assinale-se para a presença de *múltiplas* determinações a pavimentar o surgimento das novas molduras identitárias. Por exemplo, o historiador angolano Patrício BATSÍKAMA (2013), recorda que a construção da identidade angola envolve na atualidade, ideologizações de novo tipo, relacionadas ao momento vivido pelo país, sinalizando para uma *angolanidade economicus*, articulada enquanto um processo de democratização/globalização “angolanamente vivida” (Vide também SANGO, 1997).

9 Senghor adicionava à nova leitura do pan-africanismo o componente cultural, entendendo a tomada de consciência da Africanidade como um apelo a uma energia por ele definida como espiritual.

10 Este termo é originário do árabe *Al-Magrib* (المغرب), que significa *ocidente*. O Magreb corresponde à vasta porção norte-ocidental da África, fundamentalmente a faixa litorânea dos atuais Marrocos, Argélia e Tunísia, geograficamente separada da Europa pelo Estreito de Gibraltar. Grosso modo, a geografia inclui nesta definição, além das três nações citadas, o Saara Ocidental e eventualmente, a Mauritânia (Nota da edição de 2018).

11 A Organização da Unidade Africana (OUA) foi fundada em 25 de Maio de 1963 em Adis Abeba, capital da Etiópia. A partir de dois de julho de 2002, a União Africana (UA) sucedeu a antiga OUA, sendo considerada uma instituição sucessora da OUA (Nota da edição de 2018).

12 A NEPAD advoga lógica que mimetiza desenvolvimento e estabilidade, ilustrada pelo *dictum*: “Não existe paz sem desenvolvimento, nem desenvolvimento sem paz” (LANDSBERG, 2003: 4).

13 O reino do *Benin* (grafado com “n” final), situado na atual Nigéria, não pode ser confundido com o moderno Estado do *Benim* (“m” final), cuja porção meridional corresponde ao território do Dahomé, reinado cujo nome identificava o Benim até 1975 (Nota da edição de 2018).

14 Deve-se atinar que estes eventos mantêm relação siamesa com os fragores da Guerra Civil Angolana. Em 1987-1988, se desenrola no sudeste de Angola a Batalha do Cuito-Cunene. Considerada a maior batalha campal da história da África contemporânea, opôs de um lado as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), o dispositivo militar cubano, milicianos do Exército Popular de Libertação da Namíbia e do *Umkhonto we Sizwe* (“Lança da Nação”: Braço armado do Congresso Nacional Africano) às tropas da UNITA e forte continente da África do

Sul baseado em Angola. A derrota sul-africana pôs a nu a inviabilidade de uma solução *manu militari* para a guerra civil angolana e demais contenciosos regionais, levando a África do Sul e os Estados Unidos a negociar a pacificação. A tentativa de solução política do conflito desdobrou-se no cessar fogo de 1989, obtido após as rodadas de negociação de Nova York e Genebra.

15 Para constar: nas duas guerras do Congo (1996-1997 e 1998-2003), a disputa por minérios estratégicos explica muitas alternâncias e instabilidades deste conflito. A RDC, país mencionado nos anais geográficos como um “escândalo geológico”, reúne fabulosas minas de cobalto (47% do total mundial), diamantes (30%), petróleo (10%), e prodigiosos jazimentos de cobre e ouro. Não fosse suficiente, além de membro do seletto *club* dos dez países mais ricos jazimentos em urânio, manganês e estanho, a RDC concentra 80% do vital *Coltan*, acrônimo mineralógico de *columbita* e *tantalita*, insumos indispensáveis para moderna economia dos materiais e em especial, para ramos voltados para o fabrico de superligas especiais para a indústria aeronáutica, turbinas de última geração, fiações resistentes à corrosão e telefonia celular (Ver MUNANGA, 2007: 2-3).

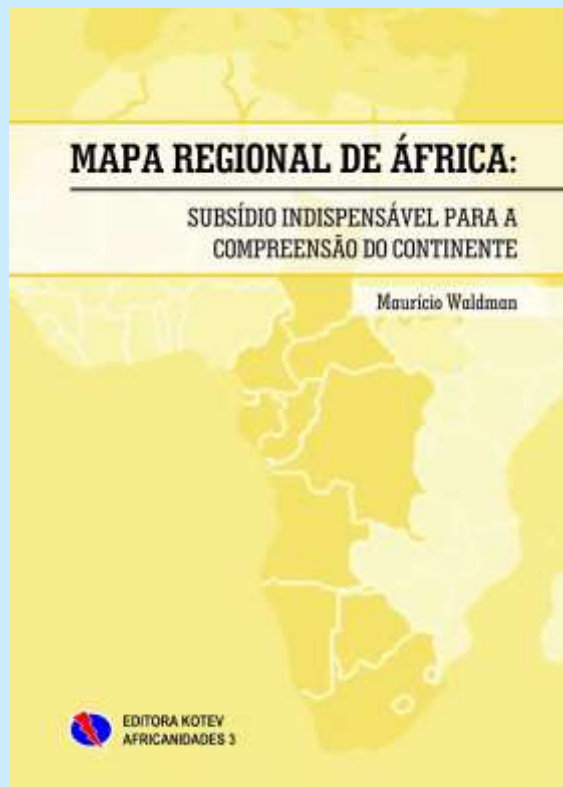
16 Assunto muito amplo que não caberia nos limites da investigação que subsidiou este texto, anote-se, contudo um histórico dotado de certa consistência quanto às missões e operações de paz, conhecidas como *Peace Support Operation* (PSO, Operações de Apoio à Paz), desenvolvidas na África sob a égide da ASF (Vide BACHMANN, 2011: 28-30).

17 Para certificar: no continente na África são ouvidas 2.110 línguas vivas, 30,5% do total mundial (LEWIS, 2009: 19).

18 A palavra é um calco linguístico de origem alemã, significando *concepção*, *cosmovisão* ou *intuição de mundo*, podendo também ser traduzida como *visão de mundo*. Em todos estes casos se refere a um quadro de ideias e crenças através dos quais indivíduos, povos, grupos e etnias interpretam o mundo e com ele interagem.

19 Importa recordar que etimologicamente, a expressão *região*, como bem anotou o geógrafo francês Etienne Juillard, é proveniente do latim *régis*: área de dominação de uma realza, de um poder constituído.

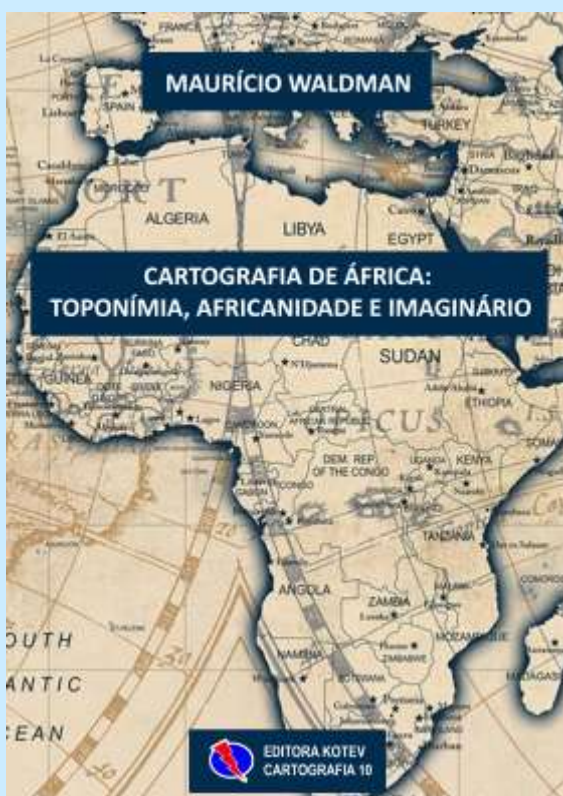
MAIS INFORMAÇÃO SOBRE O TEMA



http://mw.pro.br/mw/africanidades_03.pdf



http://mw.pro.br/mw/africanidades_04.pdf



http://mw.pro.br/mw/cartografia_10.pdf



http://mw.pro.br/mw/africanidades_29.pdf

CONHEÇA A SÉRIE AFRICANIDADES



<http://mwtextos.com.br/serie-africanidades/>



EDITORA KOTEV
**Sintonizada com
o Futuro Digital**



EDITORA KOTEV
INFORMAÇÃO ÚTIL, ÁGIL E INTELIGENTE

Os debates sobre **ÁFRICA & AFRICANIDADES** são um pilar central de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com **RELAÇÕES INTERNACIONAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**.

SAIBA MAIS SOBRE O CONTINENTE AFRICANO: http://kotev.com.br/?product_cat=africa

SAIBA MAIS SOBRE A EDITORA KOTEV. ACESSE NOSSA PÁGINA: <http://kotev.com.br/>

Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo: atendimento@kotev.com.br